

DEBATE 39

**França:
terceira
via?**



**CONCLAT:
Êxitos e
malogros.**



**Polônia:
duras
verdades**



e mais:

**As eleições de 82
Feminismo ou utopia?
O cisma do PCB.**

DEBATE

SETEMBRO / 1981 n.º 39

ABEL SILVA ÊXITOS E MALOGROS DA CONCLAT	4
TADEU CASTRO AS ELEIÇÕES DE 82	7
MARTA ALVES E PAULA SANTOS FEMINISMO OU UTOPIA ?	13
O CISMA DO PCB	17
FERNANDO ANDRADE FRANÇA: TERCEIRA VIA ?	22
ANTÔNIO FARIA POLÔNIA: DURAS VERDADES.	27

DEBATE se propõe a difundir as inquietações teórico-políticas dos marxistas brasileiros. É a única publicação que, desde 1970, procura divulgar pesquisas e reflexões que, aliando rigor teórico e abertura ao real, contribuam para que todos os que lutam pelo socialismo encontrem o rumo da unidade.

Editora Graffiti

SÉCULO XXI Distribuidora
de Livros Ltda.



Rua Santo Amaro, 582/586
tel. 34-7577
CEP 01315 - SÃO PAULO

Êxitos e malogros da CONCLAT

ABEL SILVA

A realizaçãõ de uma conferência nacional de trabalhadores através de métodos democráticos que garantiram ampla representatividade e participação foi, por si só, uma grande façanha. Não perceber sua importância é esquecer que o caráter despótico que adquiriu a dominação burguesa no Brasil encontra na CLT uma de suas manifestações mais intensas e flagrantes. A proeza chega a ser épica quando se leva em conta que vivemos sob uma ditadura militar obstinada em impedir que a inevitável transição a um regime constitucional comporte a livre manifestação das classes populares.

Também vale lembrar - antes mesmo de entrar numa análise dos resultados do conclave - que a simples realização da CONCLAT trouxe um decisivo desmentido a uma atitude infantil com considerável ressonância no movimento popular: a dos que postulam que a atual estrutura sindical impõe fatalmente um sindicalismo anti-democrático. A CONCLAT sintetizou o acúmulo de forças que foi possível realizar no interior dessa estrutura, tanto no terreno reivindicatório, quanto no plano político, mostrando um pródigo saldo. Fixou posições unitárias, um plano de lutas realista e deu um enorme passo na formação de uma única organização nacional dos trabalhadores. E isto num clima de desnorteio causado pelas dissensões que o regime logrou provocar graças às espertezas de suas reformas políticas e num momento de sérias dificuldades impostas por sua política de recessão econômica. Em poucas palavras: realizar a conferência e de lá sair com unidade foram duas conquistas históricas incomensuráveis.

É a partir destas constatações que se deve tentar avaliar a real dimensão de seus êxitos e malogros, sem otimismo bombástico nem pessimismo esterelizantes. Houve, é óbvio, aspectos negativos. Quem poderia ficar entusiasmado com o ocorrido no momento crucial da eleição do organismo provisório responsável pela formação da CUT? Uma vez que o acordo acertado pela Coordenação sofreu o veto de setores representativos da área PT-Igreja, a desavença estava criada. Mas seria inevitável a posição adotada por Lula? - "Deixemos de capricho e vamos assumir a realidade", disse ele. Ou seja, vamos nos resignar, a divisão é insuperável! Não era o reflexo que se poderia esperar de nosso mais expressivo líder operário. Carregava, naquele instante, uma imensa responsabilidade: era quem poderia ter trazido serenidade ao plenário num momento tão delicado, evitando um desgastante e inócuo confronto, seguramente incompreensível para a grande maioria dos trabalhadores brasileiros. Exatamente as tão faladas "bases".

É perfeitamente possível, post-facto, adotar postura simplista e dizer: "no frígir dos ovos foi uma excelente jogada pois dançou o Joaquinão, símbolo do sindicalismo de Estado, do peleguismo". Será? Valia a pena colocar tudo em risco para conseguir essa "grande vitória"? Ainda que se espouse as mais negativas opiniões sobre o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, isto justificaria o risco de fracasso da CONCLAT?

Não há como silenciar estes fatos quando se tenta refletir sobre o desenlace dessa primeira conferência. E não se trata de uma preocupação sobre o prestígio deste ou daquele líder, ou da vitória desta ou daquela corrente. Trata-se sim de saber se a degola de Joaquinão era tão determinante que teria valido a pena impor tamanho desgaste aos milhares de delegados presentes. O avanço da luta dos trabalhadores brasileiros estaria dependendo da presença dessa sinistra figura entre as cinco dezenas de membros da Comissão Pró-CUT? Se não, fica clara a mesquinhez dos que levaram Lula a criar o impasse e cair, em seguida, na demagogia ao afirmar que tal era a "exigência das bases". O grande número de delegados que partiram na tarde de domingo, sem aguardar o desfecho dos novos entendimentos na Coordenação, permite que se fale não só em desgaste, mas de indignação.

Salta aos olhos a semelhança destes fatos com o ocorrido em algumas greves derrotadas nos últimos três anos. Quem não lembra, por exemplo, que a vontade de "queimar" a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo levou a oposição a tirar uma greve na marra em fins de 1979, desdenhando as reais possibilidades de vitória? Queriam vencer o "pelego" de qualquer maneira, sem nenhuma preocupação com os efeitos que uma greve fracassada traria para os trabalhadores. Na CONCLAT, foi o mesmo aventureirismo que empurrou Lula a romper o acordo e jogar a decisão para um plenário fatigado, confuso e exaltado. E foi por um triz que se deu a volta por cima.

O desalento causado pelos acontecimentos que precederam o acordo de última hora contrastou, no entanto, com os sucessos obtidos na aprovação da maioria absoluta das teses. Uma das questões que causava apreensão durante a fase preparatória era, é claro, a da Constituinte. A renitência da área PT-Igreja frente a este objetivo da luta contra a ditadura poderia se transformar num sério fator de divisão. Por outro lado, no documento apresentado pela Comissão Nacional Executiva para servir de norte para a discussão, predominava a posição moderada e reboquista que vem sendo defendida pelos liberais de oposição e pelo CC do PCB. Qual seja, que a interrogação sobre quem convocará a ANC é uma "falsa questão". A posição majoritária pronunciou-se a favor de "um governo que seja a expressão das forças que lutaram pela Constituinte". Aliás, não deixa de ser sintomático que o jornal Voz da Unidade silencie esta parte da resolução em sua cobertura sobre o evento. (Cf. nº 71, p.8)

Outra questão polêmica era a da "greve geral" apresentada pelo PT como uma espécie de panacéia para as lutas imediatas dos trabalhadores. Pre valeceu o realismo na adoção de um plano de lutas em consonância com as condições atuais do movimento sindical: Dia Nacional de Luta "cujas formas serão determinadas localmente".

Amplios consensos estabeleceram-se sobre outros pontos do temário, valen do destacar a disposição de se lutar por um novo Código Nacional do Trabalho ao invés de remendar a CLT, como propunha o documento elaborado pela Executiva. Quanto à Reforma Agrária, a polêmica em torno da adequação "radical" ou "massiva e drástica" foi mais um reflexo da ignorância dos delegados urbanos sobre as posições tiradas a nível nacional pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais, do que propriamente uma divergência.

De resto, a única resolução de peso que pode merecer reparos é a de se realizar o Congresso de fundação da CUT em agosto de 1982. Sobre isto formou-se uma estranha "aliança". Foram as duas correntes que literalmente se degladiaram nas portas de fábrica de São Bernardo durante as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos que mais se empenharam em evitar que o plenário optasse por um prazo mais folgado. Para os simpatizantes do jornal Hora do Povo, nada mais coerente. Trata-se de mais uma manifestação de seu intrínseco voluntarismo. E a área PT-Igreja? Não são eles que tanto exaltam a "CUT pela base"? Não são eles que consideram pelegas a maior parte das atuais direções sindicais? Será que imaginam varrer, no próximo ano, essa excrecência do movimento sindical? Claro que não. Na realidade, manifestaram, com toda a clareza, seu desprezo pelas eleições de 82. Para os trabalhadores seria indiferente realizar um Congresso dessa envergadura dois meses antes ou dois meses depois das eleições...

Apesar disso, é indiscutível que o saldo dessa Iª Conferência superou as mais otimistas expectativas. Basta lembrar a decisiva participação de mais de mil delegados dos trabalhadores rurais ou o desempenho de seu mais alto líder, o presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, para ter a medida do significado histórico da CONCLAT. Mais animadora ainda é a disposição que parecem manifestar os 55 membros da Comissão Pró-CUT em levar em frente o plano de lutas aprovado, independentemente das divergências impostas pela extrema diversidade ideológica e política dos trabalhadores brasileiros. Se esta determinação fôr incorporada à prática cotidiana, pode-se pensar que esta Conferência ficará na história como um marco da retomada da unidade dos trabalhadores em sua luta pela liberdade sindical, principal alicerce da democratização da sociedade brasileira.

Leia também os estudos sobre o movimento sindical publicados nos nºs 3, 5, 6, 7, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 28, 30, 34, 35 e 36 de DEBATE.

As eleições de 82

TADEU CASTRO

Em nossa história recente, tornou-se uma adjetivação fácil caracterizar como "eleitoralismo" qualquer política que indique ser tarefa dos comunistas jogar-se de corpo e alma nas batalhas eleitorais, apesar do caráter profundamente ditatorial do regime. Não estão longe os dias em que segmentos da esquerda apegavam-se a uma equação simples: se as eleições eram uma farsa, tratava-se, tão somente, de anular o voto. A vida, mais que o discurso, encarregou-se de provar a falácia de tal raciocínio. Hoje, nem mesmo a outrora irreduzível "Liberdade e Luta" fala em voto nulo, o que não deixou de ser uma vitória dos comunistas que combateram a esterilidade do "abstencionismo eleitoral". Tal mudança, entretanto, deve ser vista muito mais como uma reciclagem do esquerdismo, do que como a sua superação radical. Assim, com a mesma gratuidade do passado, são agora tachados de "parlamentaristas e eleitoralistas" os comunistas que apontam as eleições de 1982 como a principal luta política, a curto prazo, no sentido de propiciar alterações na correlação de forças entre o campo da ditadura e o da democracia. Segundo o nosso velho e conhecido esquerdismo, constitui-se uma obra do "reformismo" a proposta da unidade das oposições para derrotar o regime, inclusive com a conquista de governos democráticos de oposição.

Em matéria de política, a adjetivação fácil não é boa conselheira. E de pouco adianta apegar-se apenas ao "be-a-bá" do marxismo-leninismo, repetindo, esterilmente, que o capitalismo não desaparecerá da humanidade por tal ou qual decreto parlamentar, ou que o Estado Socialista não será o resultado da conquista da maioria do parlamento burgues, da pura e simples vitória nas eleições burguesas.

Ficar apenas na generalidade, utilizando-a como um recurso para esconder a sua incapacidade de formular política, leva os nossos esquerdistas tupiniquins a não assimilar outras lições do marxismo, segundo as quais, em determinada situação concreta, a "via eleitoral" pode ser, inclusive, a principal via de acúmulo para os trabalhadores e seus aliados. Que não há oposição entre eleições e a "ação de massas", até porque as eleições podem ser, em si mesmo, uma poderosa manifestação da luta de classes.

Se assim não fosse, como entender as palavras de Engels (na sua introdução à "Luta de Classes na França de 1848-1850) segundo as quais houve um momento em que "a burguesia e o governo chegavam a ter mais medo da atuação legal do partido do que da sua atuação ilegal; mais temor dos êxitos eleitorais do que os seus êxitos na rebelião". Lembrete: nesse momento a Alemanha não era nenhum paraíso da democracia burguesa e estavam em vigência as "leis antisocialistas" de Bismarck.

Engels não estava contaminado pelo fetiche da "via eleitoral". Apenas sabia que, naquele momento, a rebelião levaria o proletariado à derrota e, em troca, era possível acuar e impor importantes derrotas à burguesia pela via eleitoral. É o que dizemos no Brasil de Figueiredo: hoje, a ditadura militar teme muito mais os sucessos eleitorais dos trabalhadores e da oposição democrática em 1982, do que a proposta vaga de greve geral que vem da boca de Lula, esse espécie de "enfant terrible" das oposições brasileiras.

Quem tiver dúvidas, observe as palavras do ministro Abi Ackel, segundo as quais "é um ato de imaturidade, de insanidade, as oposições pensarem em derrotar o presidente Figueiredo nas eleições de 1982, pois ele é o credor, o avalista, da abertura". Preto no branco: as eleições de 1982 são, a curto prazo, a maior ameaça ao projeto de "institucionalização da ditadura", pois vêm a ser fator de enorme complicação a necessidade do regime ter que se deparar com vários governos de oposição e com uma minoria no colégio eleitoral que definirá o sucessor de Figueiredo. O Ministro da Justiça não deixa dúvidas: a depender da ditadura, se isto acontecer, o tempo fecha.

Essa importância das eleições como o principal meio para levar, nas atuais condições, as massas a se chocar com o poder (na forma concreta que ele se reveste: a ditadura militar) decorre não do fato de as eleições serem, em si, uma forma de luta superior à greve geral. Mas sim da situação concreta onde o nível de consciência e organização dos trabalhadores só lhes possibilitará, no máximo, realizar uma greve de curta duração, para fazer frente à sua situação de penúria. Por maior incidência política que hipoteticamente tal greve viesse a ter - e, sem sombra de dúvidas, o teria - ela seria insuficiente como questionamento mais direto e global ao projeto de institucionalização da ditadura. É precisamente por isso que hoje a ditadura teme muito mais os resultados das eleições de 1982 do que as declarações de Lula sobre uma greve geral abstrata e desorganizadora.

A miopia do PT

Pode-se argumentar que ninguém nega a importância das eleições de 82, pois até o Partido dos Trabalhadores se prepara para elas. Vejamos como ele esse fato e, para tal, apelemos para um de seus documentos, onde são produzidas as seguintes jóias do pensamento político: "As eleições de 1982 são um momento para divulgação e propaganda do nosso programa..."; "nas eleições passadas o povo sempre votou contra o governo, mas nas próximas irá escolher qual a proposta, qual o programa de governo dos diversos setores organizados da sociedade representam seus interesses..."; "pela primeira vez, em toda a história do Brasil, os trabalhadores poderão ir a público organizados independentemente, num partido, e colocar suas propostas..."

As filosofadas não param aí: "certamente, muitos setores do patronato se interessam na nossa fusão (com outros partidos de oposição, n.d.a.),

no nosso atrelamento aos setores burgueses descontentes. É por isso que o regime (???) e diversas forças do patronato têm apontado a fusão como o caminho mais fácil para ganhar as eleições de 82, sempre falando em nome da velha (e por acaso há alguma nova? n.d.a) oposição ao regime". (Cf. Documento da Direção Regional de São Paulo, PT)

Não vamos aqui entrar no mérito do caráter ético-religioso de tais concepções, cujo basismo considera como puro tudo o que vem de "baixo" e como maquinação das classes dominantes tudo o que vem de cima. Não pretendemos nos ater à ignorância histórica dos autores desse documento que simplesmente suprimiram a presença da classe operária nos últimos 60 anos de luta e ignoraram até que, em 1946, o Partido Comunista marcou sua presença no Parlamento, com uma poderosa bancada. E muito menos vamos discutir o projeto do PT, o quanto a socialdemocracia deposita nele os seus olhos de ganância; e o quanto nele a Igreja tanto aposta para a construção, no Brasil, de uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo.

Vamos ao essencial: a aparente importância dada pelo PT às eleições de 1982. Parece mais que está na França de Mitterand - e assim mesmo, só no primeiro escrutínio - onde o essencial era a disputa entre os diversos projetos partidários. Até porque, no segundo escrutínio, os partidos políticos franceses deixaram de lado a "propaganda e divulgação" de suas propostas particulares e dois blocos se formaram: o da reação e o das forças progressistas. Como o Brasil não é a França, o PT - tão a propósito definido por um artigo do jornal Voz da Unidade como um "Cristal Novo", não compreende qual a polarização real que existirá em 1982: de um lado a ditadura e, de outro, as amplas forças democráticas, tendo como vértice fundamental os trabalhadores, mas não se limitando a eles.

Ao contrário do que deixa subentendido o documento do PT, a ditadura militar não deixou de existir. E o seu projeto de "abertura" não cooptou a pequena burguesia democrática, os liberais e aqueles que tenham se desgarrado de suas fileiras. Os fatos estão aí para demonstrar que a adoção de uma política econômica que penaliza brutalmente os trabalhadores e que provoca discenso nas classes dominantes inviabilizou qualquer possibilidade da ditadura ampliar seu arco de alianças e recompor as suas bases de sustentação. Em vez de marchar para uma "democracia espanhola", o projeto de "institucionalização da ditadura" vai fazendo água e trilha o caminho do endurecimento. Essa lição o PT não tirou, apesar de sua direção estar sendo vítima desse endurecimento.

A ninguém é proibido sonhar. Até um "Partido dos Trabalhadores" tem o pleno direito de cair em devaneio e concluir que as eleições de 1982 serão diferentes das de 1978 porque agora "o que interessa é a disputa entre os projetos partidários", inclusive os de oposição, "para o povo escolher qual deles representa os seus interesses". Mas se o direito de sonhar é irrestrito, chamar isto de política já é um abuso. Muito mais do que em 1978, a questão ditadura versus democracia estará colo-

cada em 1982, sendo, portanto, a maior tarefa levar o campo da democracia a impor uma séria derrota à ditadura, ao governo.

Concluir, neste quadro, que "o regime e setores do patronato estão interessados na fusão das oposições" é substituir a ciência pela religiosidade, pecado bastante comum para quem confunde Parlamento com parlatório, atividade política com sacristia. Ao contrário, a ditadura coloca os seus gênios do mal para tramar uma forma que inviabilize a unidade das oposições e as leve a concorrer entre si. A ela interessa, ao máximo, diluir a contradição ditadura versus democracia, e sua estratégia deixa isto bem claro.

A acuidade dos comunistas

A estratégia das oposições, em particular dos comunistas, tem de ser exatamente a oposta: reestabelecer e radicalizar a polarização ditadura versus democracia nas eleições de 1982. De longa data sabemos que os trabalhadores são os maiores interessados e beneficiários da democracia. Nas condições do Brasil, onde, ao lado da superexploração dos trabalhadores, o Estado sempre teve um caráter fortemente autoritário, a solução democrática não tende a estabilizar uma nova dominação burguesa à base do "consenso". A conquista da democracia em nosso país criará, necessariamente, uma situação de instabilidade que favorecerá principalmente aos trabalhadores e ao povo.

O PT não pensa assim. Vê as eleições como fato importante por que ele possibilita "a divulgação do nosso programa". Ora, apesar do tom esquerdistante de tal discurso, isso constitui um grave erro de direita: uma fuga da luta política, uma omissão em conclamar as massas para impor uma séria derrota à ditadura. Dizer aos trabalhadores que a essência de sua política consistirá, em 1982, em propagandear o "nosso programa" é um pecado capital. Particularmente numa conjuntura como a atual, onde é plenamente possível conclamar as massas para a ação política concreta.

A vida já ensinou aos comunistas, com um preço bastante caro, que a teoria da "faixa própria" só os leva ao isolamento das massas e a cair, inevitavelmente, no paralelismo, por não intervir nos fenômenos que estão colocados para o conjunto da sociedade. Já trilhamos esse caminho nos sindicatos, já o trilhamos no parlamento. E deu no que deu: acumulamos nada vezes nada. Propor isto como tática em 1982 é entregar, de bandeja, as massas aos liberais. Seriam estes a dar uma resposta para a polarização ditadura versus democracia pois o povo vai querer votar para derrotar o governo. E, em 1982, a teoria da "faixa própria" terá um dano maior ainda nas eleições majoritárias (sobretudo governador): fará o jogo do regime, abrindo possibilidade para a vitória do PDS. Se o PT se prestar a esse serviço, isto lhe será cobrado, mais cedo ou mais tarde.

Qualquer sociólogo de botequim pode constatar facilmente que o período

1978-1980 marcou um ascenso do movimento de massas. Sua base, as poderosas greves, teve como motor imediato questões econômicas e manifestou um caráter espontâneo, inorgânico e, até, corporativo. Não somos daqueles que decretaram o fim de tal ascenso e raciocinam como se estivéssemos iniciando fatalmente um novo período de refluxo. Acharmos, isto sim, que a continuidade desse ascenso dependerá exatamente da superação do caráter espontâneo, inorgânico e corporativo do movimento, vale dizer, da sua capacidade de ter uma resposta capaz de frear a ofensiva do capital sobre as condições de vida dos trabalhadores e do povo. Sua capacidade de gerar uma resposta global para a crise econômica e politizar o movimento com vistas a alterar a atual correlação de forças entre o povo e a ditadura.

É com otimismo que enxergamos o preenchimento das primeiras condições. Consideramos que a CONCLAT conseguiu apontar um elenco mínimo de reivindicações em defesa das condições de vida e de trabalho. Esboçou um mínimo programa de "Salvação Nacional" capaz de ser a resposta dos trabalhadores e da oposição democrática ao atual modelo econômico. O grande desafio passa a ser, portanto, a politização do movimento de massas e, nesse sentido, as eleições constituem uma oportunidade singular. A relação que os trabalhadores e o povo em geral mantêm com a política, hoje, no Brasil, é episódica, inorgânica, difusa e de transferência de representação. Cabe-nos transformá-la. Mas isto só é possível dentro dessa atual relação e não ignorando-a. Por isso, as eleições serão de grande oportunidade para que milhões e milhões de brasileiros intervenham na política ao serem chamados a opinar sobre os rumos do país. E sobre isto há que ser claro: conclamando o povo a derrotar eleitoralmente e politicamente o regime, votando contra o governo, pronunciando-se por uma Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática.

Tal derrota do governo implicará necessariamente em alterações, ainda que parciais, na atual correlação de forças, criando situação mais favorável para os trabalhadores, possibilitando-lhes pôr um breque na atual ofensiva econômica e política do capital e do regime. Particularmente se a vitória das forças democráticas traduzir-se na conquista de governos estaduais, ainda que à sua frente se coloquem os liberais.

A importância da conquista de tais governos não se reduz apenas às alterações que eles provocarão na correlação de forças entre a ditadura e o campo democrático. Eles serão, em si, uma forma de garantir, ainda que limitadamente, importantes conquistas populares, possibilitando torpedear de dentro a lógica atual do aparato estatal inteiramente a serviço dos monopólios e desobrigando-se, cada vez mais, com os serviços públicos. E isto não é coisa de somenos importância.

Não encaramos as eleições de 1982 dentro de um taticismo cretino que na da tem a ver com uma estratégia revolucionária para nosso país. As condições do Brasil indicam que a destruição da ordem burguesa não se re-

duz a uma estratégia calcada única e exclusivamente num modelo de "assalto ao palácio" (neste caso o do Planalto) - ainda que essa possa ser a principal meta. Isto porque entendemos que a burguesia conta com importantes "casamatas" que sem serem destruídas, e sem que dentro delas se trave uma "guerra de posições", é impossível pensar em acumular forças para a conquista do socialismo em nosso país.

Para que o proletariado se constitua em direção política, moral e intelectual do conjunto da sociedade, ele terá que travar uma "guerra de posições" nas "casamatas" da burguesia. E as eleições oferecem uma oportunidade para tal: levar essa guerra a nível do legislativo e do executivo, fazer com que as massas ao se relacionarem e se chocarem com esses poderes percebam o seu caráter de classe e superem - menos pelo discurso e mais pela ação concreta - a relação de dependência e subordinação que com eles mantêm. Por isso, constitui elemento fundamental de acúmulo uma vitória nas eleições que permita a constituição de importantes bancadas populares nos parlamentos, o exercício de fortes influências nos governos estaduais e prefeituras que a oposição venha a ter nas mãos.

São objetivos ousados, sem dúvidas. Mas plenamente factíveis se se seguir a seguinte política:

- a) Conclamar o povo para impor uma derrota eleitoral e política ao regime, votando contra o governo e nos partidos de oposição, dando ao voto o seguinte caráter: Vote contra o Governo, Vote pela Constituinte.
- b) Trabalhar pela unidade das oposições, a traduzir-se em coligações partidárias, com vistas a derrotar o regime e conquistar governos estaduais.
- c) Trabalhar pelo fortalecimento das forças populares e dos partidos de oposição. Trabalhar para eleger o maior número de comunistas para o parlamento para que falem ao conjunto da nação, adquirindo uma ressonância infinitamente superior ao que lhes possibilitam seus atuais instrumentos de propaganda.

Para isso é necessário que os comunistas se atirem de corpo e alma nas eleições de 1982, empenhando-se para que no embate "ditadura versus democracia" saiam vitoriosas as forças que lutam contra a miséria, o obscurantismo e o fascismo. Cabe-lhes a tarefa de fazer traduzir em ação política das massas esses seus anseios: o povo quer comer, o povo quer trabalhar, o povo quer votar, o povo quer um novo governo.

Feminismo ou utopia?

MARTA ALVES E

PAULA SANTOS

Nos últimos anos, em particular a partir de 1975, Ano Internacional da Mulher, diferentes grupos foram se constituindo em torno da problemática específica da mulher e, em seu nome, um número crescente de iniciativas vêm sendo tomadas. No entanto, forçoso é constatar que o objetivo de mobilizar as mulheres brasileiras em um amplo movimento de massas encontra sérias dificuldades e está muito longe de se realizar. Em nosso entender, o primeiro obstáculo a essa organização reside em concepções errôneas que vêm entretendo o aprofundamento da questão e a elaboração ou aplicação de uma plataforma que, como a "Carta dos Direitos da Mulher", possa aglutinar o maior número de mulheres.

Duas questões essenciais se colocam obrigatoriamente no processo de reflexão que deve levar a essa mobilização: a) o alcance histórico da luta das mulheres e b) o movimento das mulheres como parte da luta de classes. É se definindo quanto a esses dois aspectos que os vários grupos que se declaram feministas estabelecem seus princípios; é em relação a eles que divisões e aproximações se realizam. Mas as respostas que vem sendo dadas, inclusive pelas feministas que se consideram comunistas, não nos parecem, em sua maioria, suficientes, para não dizer que as consideramos, às vezes, claramente equivocadas.

O alcance histórico da luta das mulheres

É hoje uma idéia bastante difundida que a origem da opressão da mulher e o aparecimento da propriedade privada constituem um mesmo momento histórico. Da mesma forma, não parece suscitar grandes divergências a afirmação que a luta das mulheres, necessária e possível desde já, deverá continuar durante o processo de construção do socialismo. A revolução socialista cria as condições para a real libertação da mulher, mesmo se muitas são as conquistas possíveis durante o processo de luta. No entanto, a experiência internacional da construção do socialismo nos mostra que, uma vez criadas as condições materiais de libertação da mulher, liquidadas as bases econômicas e sociais de sua opressão, uma luta ideológica longa e difícil deve ainda ser levada.

Mas, parece-nos um grave erro afirmar a partir daí que a opressão das mulheres tem "um alcance histórico muito maior que outras formas de opressão existentes na sociedade capitalista atual, na exata medida em que a opressão da mulher antecede o capitalismo e não acaba automaticamente com a sua superação".(1) Este raciocínio toma como única determi-

(1) Cf. Alice Paiva, Alcance do Feminismo, in DEBATE-35, pp 27-33

nação do alcance histórico de uma opressão específica o de sua duração. Leva, portanto, à consequência lógica de que a opressão específica do negro, do camponês, do homossexual, do velho, da criança etc... tem to das um alcance maior (porque antecedem o capitalismo e não acabam automaticamente com sua superação) do que a opressão característica do capitalismo (que começa e termina com este modo de produção), a da classe operária.

Essa supervalorização da opressão da mulher tem evidentemente como corolário a supervalorização do alcance da luta das mulheres. A dominação da mulher pelo homem passa a ser considerada como só podendo ser superada por uma nova etapa de luta, depois que os conflitos sociais de classe tenham sido eliminados pela supressão das classes sociais. Não é pois de se estranhar que, no artigo citado, as observações sobre a importância da organização das mulheres se refiram, em grande parte, ao papel que ela poderá ter durante a construção do socialismo e seja de uma significativa descrição sobre as formas como esta organização pode se ligar ao processo de luta pela derrubada da ordem capitalista. A luta feminista é apresentada como a prolongação da luta pelo socialismo, como garantia da defesa da liberdade de organização. Defesa bem antecipada contra um poder socialista que as massas brasileiras ainda estão bastante longe de conquistar! Tem-se a impressão que os problemas relativos à tomada do poder de Estado e das transformações radicais das relações de produção não concernem estas feministas cuja luta centrar-se-ia nas transformações ideológicas e culturais da nova sociedade quando esta tivesse enfim brotado das entranhas da História.

Não é nosso objetivo aqui entrar na discussão das definições de "revolução cultural", tema cuja amplitude e complexidade, não cairíamos no erro de subestimar. Mas é possível desde já duvidar que seu motor seja a luta contra a opressão feminina. O engano de nossas "feministas" consiste em considerar a relação homem/mulher como determinante das relações sociais e não como sendo determinadas por essas mesmas relações. Este tipo de pensamento não é novo. Ele constitui a base de uma das correntes que tradicionalmente se enfrentam na discussão sobre a questão feminina: a corrente de crítica ao patriarcado, que privilegia a contradição homem/mulher, aplicando para a sociedade capitalista atual categorias válidas para uma época em que a divisão do trabalho se fazia entre a caça e a colheita. Sua fonte de inspiração se encontra na Antropologia Cultural norte-americana, da qual é desnecessário dizer que se move no universo da ideologia burguesa.

A outra corrente presente no campo da luta ideológica e política em torno da opressão das mulheres é a corrente de tradição marxista. Contrariamente às sexistas, para as quais a oposição homem/mulher constitui uma chave explicativa para todos os problemas, válida para todas as épocas históricas, a análise marxista ainda não chegou a uma formulação completa e articulada da configuração atual da opressão da mulher e das formas de sua liberação. Só o aprofundamento desta questão poderá, des

de que feito com seriedade, permitir a consolidação desta corrente, con
dição sine qua non da existência de um movimento feminista consequente
mente revolucionário.

Apesar de suas lacunas, o materialismo permite, no entanto, esclarecer
dois problemas chaves: 1º) as origens históricas da opressão da mulher
e as formas de sua reprodução nos diferentes modos de produção; 2º) o
papel que pode desempenhar esta opressão no processo de luta de classes
No que se refere ao primeiro aspecto, remetemos o leitor interessado ao
artigo Contribuição a uma análise marxista da questão feminina, publi-
cado em DEBATE-17, o primeiro estudo consistente feito por marxistas
brasileiras. É com base neste texto que nos propomos a travar uma dis-
cussão - que esperamos frutífera - sobre a situação concreta da mulher
brasileira, seu programa de lutas e as formas de sua mobilização e or-
ganização.

As mulheres na luta de classes

A análise da função econômica da mulher no modo de produção capitalis-
ta, tal como é descrita nesse artigo do nº 17 de DEBATE, permite afir-
mar com segurança que a situação de classe das mulheres determina for-
mas qualitativamente diferentes de opressão e que, mesmo ali onde os
problemas parecem ser idênticos para a burguesa e a proletária, a pri-
meira (abstração feita de casos individuais de ruptura com suas posi-
ções objetivas de classe) nunca deixará de ser antes de tudo uma burgue
sa (e portanto defender os interesses de sua classe) para se unir à pro-
letária na busca de uma solução comum. Ou será que dá para sonhar que,
um belo dia, "pelo simples fato de sermos mulheres, apesar das diferen-
ças de classe, de cor, de religião ou de posição política e ideológica"
(sic) (1), as marchadeiras de 64 ou a Sra. Maluf estenderão a mão às
suas empregadas domésticas, ou as operárias de suas fábricas, para jun-
tas lutarem contra a "opressão que atinge a todas nós" (1)?

Em resumo, o que afirmam as marxistas é que a opressão de sexos não é,
e não poderá vir a ser, um motor mais possante que a luta de classes; e
que nesta homens e mulheres proletários estarão unidos contra homens e
mulheres da burguesia. As comunistas feministas devem pois, para conse-
guir se transformar em vanguarda real de um movimento de massas revolu-
cionário das mulheres, tirar imperativamente as consequências organiza-
cionais da dimensão de classe.

A luta irá definir o sentido de classe do movimento, decidindo entre
as duas correntes anteriormente mencionadas. O feminismo europeu dos a-
nos 70, cujas manifestações mais claras se deram na França e na Itália,
constituiu-se como uma hidra de duas cabeças, incorporando as duas cor-
rentes. Algumas das elaborações resultantes deste processo são retomadas
hoje no Brasil. É necessário constatar a influência que acabou assim
sendo exercida pelas "sexistas" européias. Mas o que não é possível
é querer contrabandear suas concepções para o campo da luta de classes
e nem rotulá-las de "comunistas".

Cabe às marxistas a tarefa de aprofundar teoricamente o problema da integração do movimento das mulheres no processo de luta de classes e emvidar todos os esforços para sua realização prática. A luta ideológica a que nos referimos acima revela algumas das possibilidades de apropriação desta questão pela ideologia burguesa.

A corrente sexista parece entender que a luta das mulheres, ao questionar sua própria opressão, questiona ao mesmo tempo todas as relações baseadas na opressão. A participação na luta das mulheres se transforma automaticamente em participação na luta pela transformação radical da sociedade, na luta pelo socialismo. Desse ponto de vista, bastaria ser feminista e "consequente" para ser comunista. Ou ainda, ser feminista seria uma das formas possíveis de ser comunista. Uma vez mencionadas as relações da opressão das mulheres com a sociedade de classes, essas relações são relegadas a uma espécie de "determinação em última instância". A passagem à luta política não seria, pois, necessária. O simples questionamento da opressão da mulher se apresenta como elemento suficiente de participação na luta pelo socialismo.

A luta das mulheres é considerada como fazendo automaticamente parte da luta política. É nesse sentido que deve ser interpretada a palavra de ordem "politizar o cotidiano", apresentada no artigo de Alice Paiva como um dos princípios de definição do feminismo. Essa bandeira - que, aliás, não é uma originalidade do feminismo - surge sobretudo a partir do movimento de maio de 68 na França. Faço política quando me insurjo! A luta política é identificada com as manifestações de rebeldia na vida cotidiana, concepção estranha ao marxismo e que conduz a colocar-se à margem das grandes lutas sociais.

De fato, deve-se aqui retomar, mutatis mutandis, no que concerne o movimento das mulheres, a velha discussão sobre as diferenças da luta política e luta reivindicativa. O reconhecimento da especificidade da opressão da mulher revela a possibilidade de sua mobilização em vistas à constituição de um movimento de massas que lute pela defesa de seus interesses. Para tanto, é necessário poder transformar os problemas que se manifestam na vida cotidiana em reivindicações, em palavras de ordem, em uma plataforma de lutas, em um programa. Mas o despertar das mulheres para a luta pela defesa de seus interesses não significa necessariamente sua mobilização para a luta política. A compreensão da necessidade da luta política só pode ser o resultado de um trabalho de propaganda. Cabe aos comunistas levar adiante esse trabalho em todos os domínios, inclusive no movimento de mulheres. Não é afirmando que a luta das mulheres é política que, automaticamente, as condições de mobilização para a luta política se criam. Ao mesmo tempo, a identificação do feminismo com uma "nova concepção do mundo" acaba distanciando-o dos problemas reais enfrentados pelas mulheres em seus diferentes aspectos, dificultando a tarefa de identificação desses problemas para a elaboração de uma plataforma de lutas em torno da qual se organize um movimento.

O cisma do PCB

*A tribuna de debates que o jornal Voz da Unidade vem publican-
do quinzenalmente, desde meados de julho de 1981, propõe-se a
canalizar a luta de idéias no interior do PCB. Na verdade, ela
pode ser apenas a ponta de um imenso iceberg. Nos últimos me-
ses chegaram à redação de DEBATE um grande número de textos mi-
meografados, muitas vezes sem assinatura e sem data, que reve-
lam o cânago das divergências políticas.(1) Dado que nos é
impossível assegurar a divulgação integral desse material por
motivos de espaço, apresentamos ao leitor uma rápida resenha
dos três assuntos que nos parecem mais relevantes.*

- 1 -

Ao tentar caracterizar a crise do partido, toda essa literatura subter-
rânea estabelece um marco em setembro de 1979, quando a maioria dos e-
xilados pôde voltar ao país. "Quando da volta do CC ao Brasil, aguarda-
da com tanto entusiasmo e expectativa pelos militantes de nosso Parti-
do, pelo que de concreto significava na luta pela democracia, fomos li-
teralmente surpreendidos por uma saraivada de desencontradas declara-
ções de vários - e não apenas de alguns - de seus dirigentes. Fomos de
sagradavelmente atropelados por uma crise que se escancarou nos órgãos
de informação, com a divulgação dos mais variados detalhes da vida in-
terna do Partido, sem que tivéssemos sido sequer informados do que en-
tão acontecia no principal órgão dirigente da Organização."(f). "O iso-
lamento em que nos encontrávamos, mesmo após o retorno do CC ao Brasil,
foi tão marcante que, em certo momento, deliberamos tomar a iniciativa
de procurar saber formalmente se éramos efetivamente reconhecidos como
militantes do PCB..."(f)

Todavia, alguns destes textos deixam entender que a crise vem de longe
e procuram caracterizar as tendências que se formaram. "Sem dúvida, a
crise atual tem origens remotas que se encontram no XXº Congresso do
PCUS, quando os partidos comunistas de todo o mundo sofreram o impacto
da denúncia do stalinismo. Mas para o entendimento da crise atual o im-
portante é se perguntar porque somente agora as tendências que convive-
ram durante todos esses anos entraram em choque aberto".(a) Segue-se
uma narrativa do processo de discussão que precedeu o VIº Congresso, da
acefalia a que foi submetido o partido durante a década de 70 e a con-

(1) (a) "A Crise do PCB Se Aprofunda", s/ass. e s/data ; (b) "Por um
VIIº Congresso Unitário e Democrático", s/a e s/d ; (c) "Reflexões so-
bre o momento atual", s/a, fev-81 ; (d) "O Ato da ABI", s/a e s/d ;
(e) "A Constituinte que queremos", A. Aniceto/M. Matilde, Alagoas, set-80 ;
(f) "Rumo ao 7º Congresso", CER-ES, s/d ; (g) boletim "Voz dos Trab.s"

sequente instabilidade de sua linha política. Com a volta do CC, malgrado seus esforços de unificação, apareceram facções que, segundo o mesmo texto, "tendem a dar origem a partidos políticos diferenciados". Os que se interessam pela sobrevivência do PCB e não querem que ele perca seu rumo de partido revolucionário precisam entender bem tais tendências. E é por isso que o texto procura caracterizá-las.

"A principal responsabilidade pela crise recai, sem dúvida, sobre o CC. O primeiro grande erro do CC é de não reconhecer, abertamente, a crise do PCB. Ele age como se nada estivesse acontecendo, optando por uma linha de fortalecimento interno para um confronto futuro. Busca conciliar com as outras tendências desde o primeiro momento da crise, ao mesmo tempo que "libera" seus membros para fazerem declarações nunca assumidas, que atacam outros membros ou tendências, sem assumir a responsabilidade desses atos. A luta interna passa a se desenvolver pela imprensa burguesa sem que o CC, até hoje, fugindo a uma obrigação elementar, coloque para o conjunto do partido, dentro da forma leninista de organização, sua opinião sobre a crise, suas causas e suas possíveis saídas para o impasse em que o PCB se encontra"(...)

"A política de zigue-zague do atual CC fica evidente na nota da Comissão Executiva de julho de 1980 que contradiz frontalmente as orientações de fevereiro e da resolução do CC de maio do mesmo ano. Enquanto nas de fev./maio a questão de quem convocaria a Assembléia Nacional Constituinte era importante, (...) na de julho se torna "uma falsa questão". De duas uma: ou o CC deveria fazer uma autocrítica das resoluções de fev./maio, ou o governo de Figueiredo já não é "a ditadura", nem tem mais o "seu caráter autoritário, anti-operário e anti-popular". E ainda mais, teria se tornado "parte das forças progressistas e nacionais", assinando "seu atestado de óbito", coisas que se acredita o CC não ande a dizer. Na verdade, as contradições do CC, tanto em suas propostas políticas como nas orgânicas, levam o partido ao imobilismo."

"Outra tendência cristalizada dentro do PCB é a dos chamados "eurocomunistas" que, por possuir um corpo teórico solidificado, tem bastante influência dentro do partido. Essa influência, porém, se dá basicamente por cima, isto é, vem ganhando sistematicamente para suas posições a atual direção, sem ter correspondência nas bases do partido. (...) Buscando uma modificação radical do PCB, seja na sua linha política como na sua estrutura, os eurocomunistas ainda não deixaram explícito, em documentos internos, quais seriam essas reformulações, preferindo passar essas idéias através de sua influência intelectual: livros, artigos, seminários, grupos de estudo etc. Ao não encontrar correspondência na estrutura da direção (o seu expoente máximo no CC foi substituído na Executiva) essa tendência está buscando uma melhor forma de explicitar suas propostas."

"Os chamados "prestistas" compõem a tendência mais cristalina do PCB. Colocando-se frontalmente contra a orientação do CC, buscando uma estrutura própria, os prestistas jogam na impossibilidade do CC manter

os militantes sob sua direção e se desmoralizará completamente diante dos membros do partido. Para eles já não existe interesse na unidade com aqueles que, acreditam, nem serem mais comunistas. Partem do princípio que os comunistas que ainda se mantêm dentro da estrutura acabarão, mais cedo ou mais tarde, não tendo outra alternativa senão aderirem ao seu PCB que, segundo eles, seria o verdadeiro. Nesse sentido, procuram organizar conferências, organizar comitês de defesa, atrair membros para sua estrutura, organizar o seu VIIº Congresso; enfim, preparam-se para disputar, na massa dos militantes e externamente, a sigla do PCB com a atual direção."

"Diante desse quadro não se pode ter dúvida; o PCB tende ao racha mais uma vez. Coloca-se, então, para todos os militantes, a obrigação de interferirem nessa luta interna de maneira crítica, ativamente, e não ficam esperando para ver que bicho vai dar. E, a nosso ver, isso deve ser feito através de uma proposta que, sem conciliar com nenhuma tendência, busque a preservação do PCB como partido revolucionário."

- 2 -

Outra questão que não transpira nas páginas do jornal Voz da Unidade é a da importância das divergências sobre a Constituinte. Segundo o texto "e", "é fundamental definir que governo convoca a ANC:"(...) A ANC, qualquer que seja ela, não é, e não pode ser, uma alternativa de poder. Essa verdade foi demonstrada à exaustão por Marx, Engels e Lenin. Mas, somos obrigados a repeti-la diante das frequentes tentativas de se criar confusão sobre esse aspecto fundamental. A Constituinte só difere de um parlamento comum pelo fato de ser convocada e eleita com a finalidade específica de elaborar uma nova Constituição. Não são poucos os casos na História em que, depois de instalada, teve seus trabalhos suspensos ou, no caso de seus trabalhos terem sido concluídos, a Carta elaborada "não vingou". Em uma palavra, a Constituinte depende da correlação de forças, do estágio em que se encontre a contínua luta de classes. Numa fase de agudização da luta de classes, não há Constituinte que "vingue". Na América Latina, onde os golpes de Estado se sucedem, onde os períodos de normalidade constitucional são uma raridade, pode parecer ocioso tentar demonstrar que a Constituinte em si não é alternativa de poder. No Brasil, para dizer pouco, basta lembrar que é considerado longo o período de vigência da Constituição de 1946. Mesmo assim, em 47 foi violada, através de artifício, com a cassação do PCB; em 1954, Getúlio, como último recurso contra o iminente golpe, suicidase; em 1955, o gen. Lott deflagra um contra-golpe para garantir a posse de Juscelino; em 1961, com a renúncia de Jânio, o vice-presidente João Goulart, diante da oposição das FFAA, só toma posse devido a uma grande mobilização popular e uma reforma constitucional relâmpago que mudou o regime de presidencialista para parlamentarista; finalmente, a 1º de abril de 1964, o golpe militar rompeu de vez o "período de normalidade constitucional".(...)

"É preciso ser enfático: os comunistas devem lutar não para derrotar a

ditadura na ANC; uma constituinte assim seria uma farsa. Nós devemos lutar pela derrota da ditadura ao mesmo tempo que propagandemos a bandeira da ANC Livre, Democrática e Soberana a ser convocada por um governo formado pelas forças antiditatoriais." (...) Só esse governo poderá, segundo o documento, "realizar as tarefas necessárias para a convocação de uma ANC Livre, Democrática e Soberana. Essas tarefas são a garantia de livre agitação e propaganda eleitoral, a regulamentação democrática do processo eleitoral, medidas concretas contra a influência do poder econômico nos resultados eleitorais, garantia para elaboração e promulgação da nova Constituição".

"Evidentemente não existem hoje as premissas para a formação desse governo. Apesar do grande sentimento oposicionista, apesar de algumas ações conjuntas das forças antiditatoriais, estas ainda se encontram dispersas e sua ação não está claramente dirigida para a derrubada da ditadura. Falta algo que cimente, que dê consistência à frente democrática e popular. Falta a ação vigorosa e unitária da classe operária, a única força oposicionista até o fim, a única capaz de neutralizar as vacilações dos demais elementos da frente. Falta à classe operária uma vanguarda organizada capaz de dirigí-la na execução de suas árduas tarefas na luta pela derrota da ditadura. Falta à classe operária o seu partido revolucionário."

"Esse é o nó da questão: de um lado a necessidade de derrotar - por que não dizer derrubar? - a ditadura que, embora enfraquecida, ainda detém a iniciativa e o controle sobre o país; de outro lado, as forças oposicionistas que, apesar de seu imenso potencial, dispõem no momento de um nível de organização precário e insuficiente para enfrentar o poderoso inimigo, além do agravante de que muitas vezes se perdem em disputas entre si."

Finalmente, cabe destacar um significativo denominador comum em todos esses documentos: a exigência de que a realização do VIIº Congresso permita a conquista de uma verdadeira democracia interna. "O que se pode concluir dos fatos, diz o documento "b", é a falência dos atuais membros do CC na condução do PCB e que somente aqueles que na prática passaram a exigir e praticar a democracia interna estarão, por sua autoridade moral e política, habilitados a se manterem na frente dos destinos partidários. Não se pode ter ilusões: as bases devem realmente tomar o PCB nas suas mãos para que ele possa cumprir o papel revolucionário que lhe cabe."

"Mas como influir nas decisões do partido? Estarão as bases capacitadas para enfrentar tal empreendimento? Muitos militantes acreditam que não, optando pelo abandono do PCB (e são muitos), ou por uma atitude passiva diante dos acontecimentos. Essas atitudes são compreensíveis e provêm de uma política de formação de quadros que em vez de exaltar a iniciativa política dos militantes (um item estatutário) peca pelo en-

quadramento disciplinar pouco criativo (centralista). Se por um lado essa política impossibilita o crescimento político das bases, por outro subestima o papel da teoria revolucionária, apesar do reconhecimento dessa fraqueza entre os quadros do partido; e isto não se dá por acaso pois o conhecimento do marxismo-leninismo leva, necessariamente, a um posicionamento crítico da vida partidária, o que é extremamente perigoso para uma direção que prima muito mais pelo "centralismo" do que pelo "centralismo-democrático"(...)

"Porém, se atitudes assim são compreensíveis, isto não é razão para que não sejam combatidas com franqueza ideológica. As bases precisam ter uma atitude positiva diante da crise com a consciência de que delas sairão as possíveis soluções."

"E para que isso aconteça é necessário, em primeiro lugar, estudar. Não de um ponto de vista acadêmico, mas na perspectiva de que "sem teoria revolucionária não existe prática revolucionária". Muitos dos erros do partido deveram-se à ignorância e à prepotência daqueles que deveriam saber que o estudo das especificidades das formações sociais (e não cópias de modelos) é o fundamental para que o marxismo não se transforme em dogma e sim em guia para a revolução".

Em segundo lugar, é necessário resistir a toda forma de arbítrio, cobrando-se a democracia interna assegurada pelos estatutos, exigindo o direito de opinião e informações sobre a crise, exigindo conferências democráticas e a abertura das discussões sobre os problemas da legalização do partido, cobrando discussões sobre as últimas resoluções e comparando-as com a linha do VIº Congresso, escrevendo documentos e exigindo sua distribuição entre os membros do partido, cobrando uma definição sobre a imprensa, e nos casos de punições exigindo o direito de defesa para transformá-la num líbello de acusação do autoritarismo e da atual política de diluição da vida partidária."

"Em terceiro lugar, é necessário compreender que somente dentro da estrutura legal se poderá combater de forma justa e correta os erros da atual direção; e que qualquer forma de fracionismo sem dúvida repetirá os mesmos erros históricos do PCB. Nesse sentido se faz um apelo aos que abandonaram a estrutura: que voltem a participar do PCB. É uma grande ilusão acreditar que dentro de uma outra estrutura (com direção, jornal, posições políticas diferenciadas) ainda se esteja no PCB. A volta dos companheiros à discussão unitária e coletiva é de fundamental importância para os rumos do PCB e, por isso mesmo, os militantes que ficaram na estrutura legal devem garantir politicamente o retorno dos companheiros sem qualquer espécie de sectarismo ou retaliação".

Se selecionamos estes três pontos nessa massa de documentos é por que nos parece não haver saída renovadora que prescindia de uma clarificação das correntes em confronto, da conquista de uma verdadeira vida orgânica democrática e da formulação de uma alternativa de governo à ditadura. Sobre este último ponto, pode-se procurar com uma lupa: as Teses para o VIIº Congresso são significativamente silenciosas.

FRANÇA: Terceira Via?

FERNANDO ANDRADE

A vitória de François Mitterand nas eleições presidenciais de maio deste ano e a vitória da esquerda nas eleições legislativas de junho constituem uma "virada histórica" inédita na Europa Ocidental, cuja importância é proporcional à importância da França na cena política internacional. Curiosamente, embora em termos de análise eleitoral e de sondagem de opinião a vitória de Mitterand tenha sido perfeitamente previsível, poucos a esperavam. Quem viveu as eleições legislativas de 1973 - em que a esquerda, unida no Programa Comum, provou sua credibilidade enquanto alternativa de governo para o país e embora não logrando conquistar a maioria na Assembléia Nacional, progrediu enormemente em relação às eleições legislativas anteriores (de 1968) - recorda o clima de mobilização com que foi travado o combate eleitoral. Mesma coisa para as eleições presidenciais de 1974, em que Giscard d'Estaing venceu François Mitterand por margem de votos apertadíssima.

A partir de 1977, com a discussão sobre a "reatualização do Programa Comum", as divergências entre comunistas e socialistas se acentuaram. Os dois partidos não conseguiram se pôr de acordo a respeito de questões importantes, por exemplo sobre a extensão das nacionalizações. As negociações acabaram sendo interrompidas e a esquerda foi para as eleições legislativas de 1978 sem programa comum. Na última hora, o PS, o PC e os Radicais de Esquerda (expressão que no cenário político francês corresponde à ala mais moderada da esquerda, digamos o progressismo liberal) improvisaram uma plataforma comum de medidas de urgência a serem tomadas em caso de vitória eleitoral. Não houve vitória, embora a esquerda tenha progredido em relação às legislativas de 1973 (nas quais havia já progredido bastante em relação às de 1968, quando uma ampla maioria, assustada com os excessos e as provocações dos grupúsculos esquerdistas, tinha preferido votar na direita que apareceu como a defensora das tradições nacionais e das instituições liberais). É interessante observar que neste avanço eleitoral da esquerda em 1978 foram os comunistas que conseguiram os melhores resultados (passaram de 74 a 86 cadeiras na Assembléia Nacional) enquanto que os socialistas progrediram de 95 a 104 cadeiras e os radicais de esquerda recuaram de 13 a 10.

O período compreendido entre as eleições legislativas de 1978 e a dupla vitória da esquerda nas eleições presidenciais e legislativas de 1981 foi marcado pelo agravamento da recessão econômica e de suas consequências sociais (cuja principal manifestação é o desemprego, que tem aumentado regularmente e afeta hoje quase 2 milhões de trabalhadores) e pelo acirramento das divergências entre o PC e o PS. De um lado as conquistas econômicas e sociais do movimento operário e democrático sofrí

am um lento mas contínuo processo de erosão. De outro, pareciam fechar-se as perspectivas de instaurar na França uma política distinta daquela imposta pelos banqueiros e industriais, dos quais Giscard d'Estaing é um representante direto. As discussões de "reatualização" do Programa Comum foram abandonadas; Robert Fabre, líder da terceira componente da esquerda (radicais de esquerda) bandeou-se descaradamente para o lado do governo dentro de um processo dito de "alargamento da maioria presidencial" e dentro do PS, a ala direita, em particular a corrente liderada por Michel Rocard, um tecnocrata ambicioso, que em maio de 1968 pôs-se de esquerdista, parecia em franca ascensão, desafiando a direção centrista de Mitterand.

É neste contexto que o PC efetuou uma nítida virada à esquerda senão em seu programa, ao menos em suas formas de agitação e propaganda. A começar pelo nome do órgão político do Comitê Central que mudou de "France Nouvelle" para "Révolution" (cujo subtítulo é "vivemos a época das revoluções"). Um dos temas incessantes das intervenções orais e escritas dos dirigentes comunistas passou a ser a "virada à direita" do PS, acusado de retornar à tradicional linha política de colaboração de classes na base de alianças com as forças do centro para isolar o PC. O tom destas críticas foi se tornando claramente sectário. Que elas fossem ou não fundamentais, ficava a pergunta: porque, durante tantos anos, ter mantido uma aliança estreita com um partido social-democrata cujas características eram perfeitamente conhecidas e, de repente, "descobrir" o óbvio (isto é, que um partido social-democrata é reformista, que em matéria internacional pende para os Estados Unidos contra a União Soviética, que objetivamente oscila entre uma política de frente popular e uma política de reformismo estreito)?

A resposta mais frequente a esta pergunta invoca fatores eleitorais: os socialistas, reduzidos à mínima expressão com a degenerescência da velha SFIO nos anos 50 (que se sujou na repressão colonialista à luta de libertação nacional da Argélia e se afundou junto com a IV República em 1958, quando De Gaulle assumiu o poder) renasceram das cinzas durante os anos 70 e conseguiram 94 cadeiras nas eleições para a Assembléia Nacional de 1973. Ora, esta renascença espetacular efetuou-se sob o signo do "Programa Comum" que os socialistas, dirigidos por Mitterand, assinaram com os comunistas, dirigidos por Georges Marchais. Graças a esta política os socialistas puderam ao mesmo tempo aparecer como uma força política de transformação social e de conservação dos valores liberais aos quais as camadas intelectuais (numerosas e politicamente importantes num país desenvolvido como a França) são estreitamente apegadas. Ora, para o PC, este avanço, ao mesmo tempo que criava condições eleitorais para uma vitória da esquerda a curto ou médio prazo, devia, para não prejudicá-lo, realizar-se sobretudo nas franjas "moderadas", hesitantes, instáveis, do centrismo. E antes de tudo, não devia ser suficientemente grande para desequilibrar a correlação de forças entre comunistas e socialistas. Após 1973 (quando os socialistas obtiveram, como vimos, um grande sucesso eleitoral), esta questão passou provavel

mente a preocupar bastante os dirigentes do PC. Nas eleições parciais e municipais realizadas nos anos seguintes, o avanço socialista continuou a se confirmar. O que seguramente pesou no endurecimento dos comunistas nas negociações para a "reatualização" do Programa Comum, em 77. Tratava-se, para eles, de deixar claro que constituíam o verdadeiro partido da transformação social, que um governo de esquerda no qual não dispusessem de grande peso político acabaria por cair no reformismo tradicional ou mesmo, dado o agravamento da crise econômica e social, na passividade e na impotência. Os bons resultados eleitorais que obtiveram em 1978 (melhores, como vimos, que os dos socialistas) pareciam lhes dar razão. Mas tudo isso criou um clima de desalento no qual se realizaram as eleições presidenciais de 1981.

Outra razão

A explicação da virada sectária de esquerda do PC não se reduz, no entanto, aos cálculos eleitorais, como tentam fazer crer os politólogos e jornalistas anti-comunistas. Mitterand apoiou a fundo, em 1974-1975, seu amigo Mário Soares, um dos coveiros da revolução portuguesa. Defen- de Israel e está mais próximo de Washington que os "gaullistes". O risco de uma virada à direita do PS (no rumo de uma aliança centrista) foi, sem dúvida, exagerado facciosamente pelo PC. Mas quando se pensa que por um triz o candidato do PS às eleições presidenciais não foi Michel Rocard, não é possível negar que este risco tenha existido.

A decisão comunista de apresentar a candidatura de Georges Marchais no primeiro turno das eleições presidenciais foi uma consequência lógica desta situação (em 1974, desde o primeiro turno PS e PC tinham se alinhado em torno de Mitterand). A direita que em 1974 estivera também unida desde o primeiro turno; apresentou-se, desta vez, igualmente dividida entre Giscard d'Estaing e Jacques Chirac (atual líder do "gaullisme"). Eleitoralmente, este primeiro turno foi um fracasso para o PC, pois Marchais chegou em quarto lugar. No segundo turno (de que só participam dois candidatos, os mais votados no primeiro) Mitterand recebeu o apoio inequívoco do PC, enquanto o de Chirac a Giscard foi bem mais frio. Com cerca de 15,64 milhões de votos contra 14,4 milhões para Giscard, Mitterand triunfou por uma maioria de 1,24 milhões (em 74, fora batido por uma diferença de apenas 400 mil votos). Sem o voto maciço do eleitorado comunista esta vitória teria sido impossível. Mas, à luz da vitória, os excessos sectários das críticas anteriores ao PS e a Mitterand se tornam ainda mais descabidos.

A Constituição francesa confere ao presidente o poder de dissolver a Assembléia Nacional e convocar novas eleições legislativas. Elas se realizaram a 14 e 21 de junho e, no ímpeto da eleição de Mitterand, os socialistas conseguiram vitória esmagadora passando de 107 a 270 cadeiras, ou seja, a maioria absoluta. O PC caiu de 86 a 44 cadeiras e a direita, em bloco, de 228 a 155. Evidentemente, num sistema de voto distrital como o francês, a representação parlamentar não é proporcional

ao número de votos obtidos, bastando um pequeno recuo em escala nacional para que se produza um grande retrocesso no número de deputados. Mas, somado ao fracasso da candidatura Marchais, o recuo do PC aparece como bastante sério.

Na realidade acabou ocorrendo aquilo que a linha sectária tinha pretendido evitar: um governo de esquerda do qual os comunistas participam em fraquezas. E dispostos a engolir sapos. Não se deve acrescentar um erro a um outro. O apoio a Mitterand no segundo turno e a exigência de participar do governo foram justíssimas. Um partido sério assume suas responsabilidades e o PC, com quatro ministros no novo governo assumiu as suas. O que não o impede de criticar através de seu órgão central, L'Humanité, os aspectos mais inaceitáveis da política externa de Mitterand. Fica, no entanto, a pergunta: o que pode e vai fazer este governo de esquerda largamente dominado pelos socialistas ?

Social-democracia ou terceira via ?

Os comunistas italianos desenvolveram nos últimos anos a concepção dita da "terceira via". A expressão choca - talvez intencionalmente - os revolucionários mais estritos, já que seu sentido tradicional é justamente o da utopia reformista (social-democrata, social-cristã) que pretende evitar a alternativa capitalismo/socialismo. Mas os teóricos do PCI - particularmente Pietro Ingrao - entendem por "terceira via" uma nova concepção da passagem ao socialismo que supere tanto os limites do reformismo social-democrata quanto as deformações do socialismo soviético. Trata-se, portanto, de um elemento essencial da doutrina "eurocomunista".

Em que medida a eleição de François Mitterand e a esmagadora maioria eleitoral conquistada pela esquerda (essencialmente do PS) anunciam esta "terceira via" ?

A primeira observação neste sentido é a de que jamais a esquerda reuniu tantos poderes na França quanto agora. A Frente Popular foi uma aliança eleitoral na qual o antigo PS - a SFIO, Section Française de l'Internationale Ouvrière, isto é, a II Internacional - e os radicais-socialistas (centro esquerda) governaram sozinhos, com apoio parlamentar do PC. Após uma vaga inicial de reformas sociais, adiantadas para a época, o governo da Frente Popular acabou sucumbindo às manobras parlamentares, o PC foi isolado e esta mesma Assembléia Nacional acabou assinando vergonhosos acordos com a Alemanha hitleriana, abandonando à sua própria sorte os democratas espanhóis que resistiam à ofensiva das forças franquistas e finalmente organizando a mais fragorosa derrota militar da França, quando seu exército foi desbaratado pelas hordas nazistas em alguns meses de campanha.

A experiência seguinte foi a da Libertação quando, primeiro com o general De Gaulle, depois sozinhos, os partidos de esquerda governaram o país. Esta aliança não resistiu à guerra fria, na qual a SFIO se alinhou no campo americano. Os comunistas foram expulsos do governo e a evolução política da França, marcada pelo desmantelamento do Império Co

POLÔNIA:

Duras Verdades

ANTÔNIO FARIA

Analisar a crise polonesa em plena ebulição política e social, é uma temeridade. Num contexto altamente tumultuado e movediço, onde os limites das transformações são extremamente imprevisos e as informações devem ser resgatadas do emaranhado das posturas ideológicas, quando não da pura mistificação, qualquer análise mais rigorosa estaria longe de ser completa. O objetivo deste trabalho é mais intuir os rumos da revolução polonesa do que dar respostas definitivas às instigantes questões colocadas. Pretende-se aqui realçar as forças sociais e as correntes ideológicas em luta, assim como perceber em que medida os acontecimentos poloneses atingem os comunistas brasileiros.

Em agosto de 1980, reivindicações de ordem econômica, pressões por aumentos salariais no sentido de responder aos constantes aumentos do custo de vida, paralizaram os 17 mil operários dos estaleiros Lenin da cidade de Gdansk, no mar Báltico. Resolvida a questão através da concessão de aumento salarial, o movimento adquiriu, subitamente, um caráter político com a inserção no acordo original do direito de liberdade sindical. A mudança do sentido do movimento fez estender a greve a outros estaleiros e fábricas e, até mesmo cidades do norte da Polônia, gerando a mais grave crise entre todas atravessadas pelos poloneses desde a II Guerra Mundial.

A paralização de Gdansk não era um fato isolado mas uma entre as mais de 200 greves que, desde o dia 1º de julho, protestavam contra os aumentos do preço da carne. Foi, no entanto, nessa cidade do mar Báltico que os protestos saíram do plano das reivindicações meramente econômicas para uma contestação aberta do Partido Operário Unificado Polonês, (POUP), e ao governo. Guiados por experientes líderes operários - como Lesh Walesa e Ana Walentinowicz - e assessorados por intelectuais de diversas correntes políticas e ideológicas, os trabalhadores elaboraram o famoso "comunicado dos 21 pontos". Citando a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde se defende a necessidade de sindicatos livres, o direito de greve e de segurança dos grevistas, os trabalhadores faziam, além dos pontos colocados acima, outras reivindicações: censura controlada pelo Parlamento; acesso limitado da Igreja aos meios de comunicação; anistia parcial a pessoas condenadas por delitos políticos; alteração da política oficial de informação e propaganda e permissão para que os sindicatos imprimissem seus próprios jornais. Na área sócio-econômica reivindicavam aumento de salários; redução

do tempo de trabalho; seguros sociais e atendimento médico; melhoria do sistema de educação e aposentadoria. Realçaram também a necessidade de uma melhor distribuição de mercadorias que deixasse de favorecer tanto os que possuíssem moedas estrangeiras.

Esse documento, fruto de vários dias de trabalho e redigido por intelectuais a serviço dos trabalhadores e a serviço do governo, traduzia com precisão a crise política, institucional e econômica da sociedade polonesa, deixando claro, também, o profundo descontentamento dos operários diante de um Estado que somente em teoria era o seu representante: burocratizado e descolado da sociedade, sofria naquele momento as primeiras pressões no sentido de sua completa remodelação. Assinado por Walesa, presidente do Comitê de Greve Interfábricas e por um representante da Comissão Governamental, o acordo colocava fim à greve e marcava o início de um processo que faria com que cada um dos atores sociais e políticos se redefinisse diante das profundas modificações explicitadas através do documento: a "hegemonia" política do POUP, há muito contestada pela Igreja Católica polonesa, era agora dividida com um sindicato, o Solidariedade, criado na ação reivindicatória, e que era, acima de tudo, um complexo e heterogêneo movimento de massas, fazendo com que o partido mergulhasse numa crise sem precedentes na sua tumultuada história. O papel dos intelectuais passou a ser reavaliado e a Igreja Católica, apesar de ver contestados seus pedidos de moderação, crescia como força moral. Para a União Soviética, estava criada uma situação também sem precedente: apesar da diversidade dos agentes sociais em luta, não era possível responsabilizar forças anti-socialistas ou anti-operárias. Ao contrário, eram os operários, através de um poderoso sindicato, que contestavam o sistema político, a burocracia, a organização econômica e a ingerência externa na vida nacional polonesa.

Antecedentes

A compreensão da atual conjuntura polonesa passa necessariamente por um estudo das relações mantidas com a Rússia através da história. A Polônia tornou-se zona de influência soviética em fevereiro de 1945, em Ialta, sendo necessário destacar que não apenas o regime stalinista a considerava vital à segurança soviética. Essa preocupação já pertenceria aos tzares. No entanto, os acordos de Ialta não implicaram, de imediato, na "exportação" da revolução socialista para a Polônia e outros países da Europa Oriental. Até a Doutrina Truman, em março de 1947 - que significou a reversão oficial das alianças do fim da guerra e o início da "Guerra Fria" - o partido comunista era uma das forças políticas em atuação. O país era governado por uma verdadeira frente democrática e popular bastante pluralista. Sentindo-se ameaçada, a União Soviética acelerou a revolução na Europa Oriental reprimindo os agentes da contra-revolução e exercendo um forte e direto controle político sobre sua "zona de influência". É verdade que, na Iugoslávia, Checoslováquia e na Bulgária, o comunismo mantinha um irresistível apelo popular. Mas no restante da Europa Oriental, era fraco ou, pelo menos, incapaz de a

firmar-se por si sô. Plenipotenciários, peritos administrativos, generais e agentes de polícia foram enviados para instruírem e supervisionarem os partidos e governos das novas democracias populares.(1)

A situação assim criada sô foi sofrer abalos mais sérios em 1956, na Hungria e na Polônia. Isaac Deutscher, analisa desta maneira as causas profundas daquelas rebeliões: "Os antecedentes dos acontecimentos de outubro foram mais ou menos os mesmos na Polônia e Hungria. Em ambos os países, a decomposição do mito de Stalin e a desintegração da política de terror stalinista haviam posto em movimento vastas forças populares que se impacientavam com a lentidão e a falta de vigor da desestalinização oficial e pediam com insistência uma ruptura radical e imediata com a era de Stalin. Tanto na Polônia quanto na Hungria o movimento teve uma origem modesta e foi ganhando amplitude nacional. Nos dois países, a dignidade ofendida dos povos reduzidos ao papel de satélites da Rússia se havia afirmado e voltava redobrada. Mas os polacos e húngaros lutavam pelas liberdades políticas tanto quanto pela emancipação nacional, e se levantaram contra o estado policial stalinista com que a Rússia os havia dominado. Finalmente, e fato não menos importante, rebelaram-se contra uma política econômica que havia sacrificado seus interesses de consumidores pela industrialização e armamentos e os havia levado a uma miséria intolerável".(2)

Estas palavras, escritas em novembro de 1956, podem muito bem ser aplicadas à situação polonesa atual. Até mesmo o stalinismo permaneceu, em grande parte, inalterado, impossibilitando à sociedade polonesa uma organização a partir das bases. O orgulho nacional ferido e uma estrutural incapacidade de atender às populações quanto às suas necessidades de consumo são também problemas cruciais que permaneceram quase inalterados até os dias de hoje. E estas causas das crises de 1956 e de 1980 também estavam presentes no movimento de 1970 - que derrubou Gomulka - e em 1976.

O "verão de Varsóvia" é portanto a quarta etapa de uma luta que tem raízes remotas na transformação da Polônia em "satélite" soviético após a II Guerra Mundial. Mas o sentimento anti-soviético não pode ser debitado apenas à essa "satelização" da Polônia pela URSS. É preciso não esquecer que a história nacional polonesa é a história das lutas contra os impérios que consecutivamente dominaram os poloneses: a Rússia, a Prússia e depois os alemães, e a Áustria. A Polónia esteve incorporada ao Império Russo por cerca de 150 anos e, em 1920, após conquistarem a independência na esteira da Revolução de Outubro, os poloneses surpreenderam o mundo derrotando o Exército Vermelho. As forças contra-revolucionárias do Marechal Jozef Pilsudski - hoje um símbolo de independência nacional polonesa - haviam atacado a Rússia, chegando até a cidade de Kiev. Na contra-ofensiva, o Exército Vermelho chegou às portas de Varsóvia, mas, foi derrotado. As forças soviéticas não cometiam um ato de agressão mas de defesa. Ao mesmo tempo, movidas por um profundo internacionalismo impulsionado pela Revolução de Outubro, procuravam "exportar" a revolução socialista para a Polónia. "Na verdade, haviam

sido alguns dos expatriados esquerdistas poloneses na Rússia que haviam instado Lenin para perseguir as tropas de Pilsudski até a capital polonesa e além dela, porque acreditavam que os operários e camponeses da Polônia levantar-se-iam contra os proprietários de terra e capitalistas polacos.(...) A Polônia repeliu os invasores. Ignorou seus lemas revolucionários e apelos internacionalistas e viu neles apenas os sucessores dos antigos exércitos czaristas de conquista. Às portas de Varsóvia, o Exército Vermelho foi desbaratado e forçado a retirar-se".(3)

Os ressentimentos não terminam aí. O Pacto nazi-soviético de 1939 está até agora atravessado na garganta dos poloneses e estes não podem perdoar também o fato do Exército Vermelho, comandado pelo Marechal Rokossovski, de origem polonesa, ter ficado propositadamente à margem da batalha de Varsóvia. Stalin os abandonou à fúria das tropas alemãs porque a revolta havia sido planejada por anticomunistas. Em meio às ruínas da cidade, os insurgentes lutaram e morreram amaldiçoando o Exército Vermelho. Ainda sobre as ambiguidades de relacionamento entre a Polônia e a URSS, Isaac Deutscher observou: "Havendo desdenhado a Revolução em sua etapa heróica, teve de rebaixar-se ante essa mesma revolução já degenerada. Havendo desprezado a Lenin e ao internacionalismo leninista, teve de prostrar-se ante Stalin e o chovinismo grão-russo".(4) Por todas essas causas, o sentimento antisoviético é profundo na Polônia. Os soviéticos, não sem razão, são acusados de roubarem a independência polonesa, de protegerem os opressores internos. São responsabilizados, também, em parte, pelos problemas econômicos que resultam de relações comerciais consideradas prejudiciais aos poloneses.

Os soviéticos têm, portanto, sérios problemas na Polônia. Se até o momento uma intervenção não foi concretizada, isso deve à certeza de uma resistência decidida por parte dos poloneses que, mesmo esmagada, faria explodir o já abalado prestígio internacional da URSS enquanto força socialista. Uma outra razão é que, bem ou mal, o POUP ainda não perdeu o controle da situação, fato que, provavelmente não demorará a acontecer pois seu prestígio é decrescente e, cada vez mais setores do movimento Solidariedade exigem eleições livres. Mas uma coisa deve ficar clara: a URSS irá à guerra para impedir que a Polônia abandone sua "área de influência". Isso é "realpolitik", sem dúvida. Mas há por traz um sólido argumento: os soviéticos não perderam vinte milhões de habitantes na guerra contra os nazistas (contra apenas 600 mil perdidos pelos americanos no Pacífico e na Europa) para ver agora sua área de influência ser contestada e, de acordo com seus argumentos, sua segurança ameaçada.

Tradições

Para as outras forças políticas os problemas não são menores. O movimento Solidariedade é hoje a grande força política polonesa e se há um concorrente a esse poder, este não é o POUP mas a Igreja. O seu líder Lesh Walesa tem repetido insistentemente que o movimento não pretende

o poder pois um sindicato não deve imiscuir-se na política, mas, exclusivamente defender os interesses da classe operária. Pretendendo ou não o poder, a verdade é que na formulação de uma política, o Solidariedade divide seu poder com o partido. E não é apenas nesse aspecto que o sindicato mostra sua força: os 21 pontos que o governo foi levado a assinar realçaram bem até onde se estendeu seu poder. Esse documento marcou uma inflexão na relação entre sindicato e partido, não apenas na Polônia, mas no Oriente Europeu de uma maneira geral. Os sindicatos não mais se identificam com o "Estado Operário", mas organizam-se contra ele. A grande questão que o Solidariedade procura evitar - inutilmente, diga-se de passagem - é a seguinte: o que aconteceria se o poder fosse buscado de fato, com a conseqüente desmoralização do POUP? Tendo ou não uma resposta para o problema, os setores radicais do movimento já obrigam a uma tomada de posição pois, nas últimas manifestações, pediram claramente uma reformulação da estrutura de poder.

Novamente é necessário que se invoque a história. O passado também pesa, e de forma específica, sobre o movimento operário polonês. Tamara Deutscher, em ensaio publicado na revista *New Left Review*, observou o seguinte: "Diferentemente da Rússia, onde os sindicatos tiveram um importante papel na revolução em comparação com os soviets e os partidos políticos, os sindicatos poloneses adquiriram uma autonomia e centralização da vida da classe trabalhadora que se assemelhou mais à experiência ocidental. Da explosão de Lodz, em maio de 1892, quando mais de 200 trabalhadores têxteis foram mortos pelos cossacos, a classe operária motivou repetidamente a ação do Estado em grandes embates de força para conseguir sindicatos livres". E conclui dizendo que os militantes do estaleiro Lenin agem de acordo com essa tradição.(5)

Mas existe uma outra dimensão na história do proletariado polonês. Desde o século XIX uniu estreitamente seus interesses econômicos e políticos à causa da Polônia independente. "Apesar da tentativa da Social-Democracia de Rosa de Luxemburgo (SDKPIL) em apelar aos trabalhadores poloneses com base em um programa internacionalista, a atração pelo nacionalismo foi redobrada pela falta de uma significativa burguesia polonesa: o explorador imediato era tipicamente um estrangeiro. A profundidade do sentimento nacional foi subestimada pelos bolcheviques em 1920 quando esperavam que os operários e os camponeses estivessem preparados para uma revolução socialista. Quando as tropas soviéticas perseguiram dentro da Polônia as forças de Pilsudski, que se retirava da Ucrânia, encontraram considerável resistência.(...) Com a ressurreição da Polônia independente depois de 1918, o espaço da classe tornou-se mais transparente, especialmente depois do estabelecimento, em 1926, da ditadura do Marechal Pilsudski, repleta de campos de concentração e torturas. O fato dos líderes socialistas e comunistas na Polónia "livre", maltratados nas prisões e nos notórios campos de Brzesc e Bereza mostrava claramente à classe operária que seu próprio governo podia ser tão rude quanto o odiado inimigo nacional. Mas o esforço interno da classe e sua consciência tiveram pouco tempo para se desenvolver antes da Polónia ser invadida pelos nazistas em setembro de 1939".(6)

Apesar do peso da história polonesa, choca demasiado ver operários ajoelhados diante da bandeira nacional e do retrato de João Paulo II, o papa polonês. Nacionalismo e religião confundidos, exaltando o antissovietismo. O mais inquietante é o reaparecimento do culto ao Marechal Pilsudski, lembrado por sua invasão à União Soviética e não por ser um amigo declarado dos sindicatos ou do socialismo.

Aliados

Profundamente ligados aos trabalhadores estão os intelectuais. Essa relação, crucial especificamente no momento da redação dos 21 pontos, iniciou-se em 1976. Nesse momento, o governo, sob pressão de uma greve geral, rescindiu os preços impopulares, mas vitimou as lideranças mais aguerriadas. Um grupo de respeitados advogados, escritores, professores universitários e conferencistas criou o Comitê de Defesa dos Trabalhadores (KOR), como uma organização que providenciava ajuda financeira e legal para as vítimas das perseguições, assim como procurava expor os piores casos de corrupção e brutalidades policiais.

O KOR não é um movimento homogêneo e muitos de seus membros professam uma espécie qualquer de socialismo. Seu espaço de atuação aumentou na medida em que o governo procurava não se incompatibilizar com o segmento mais articulado da sociedade polonesa e, por outro lado, a tolerância permitia que se desenvolvesse alguma forma de legalidade. Dentre seus membros destaca-se Jacek Kuron, a força do movimento, e um dos intelectuais mais perseguidos pelas autoridades. Durante o governo Gomulka, foi preso, juntamente com Karol Modzelewski e outros companheiros, por ter criticado a ossificação do partido. A crítica foi feita numa perspectiva de esquerda e Kuron - defendido, aliás, por Isaac Deutscher em carta aberta a Gomulka (7) - caminhou para posições mais à direita. Hoje está claramente ligado à Social-Democracia e à Igreja, e transformou-se também num nacionalista. De qualquer forma, essa aproximação entre intelectuais e trabalhadores cria a necessidade de uma análise mais profunda dos frutos dessa relação. Para o Brasil esse dado deve ser considerado com atenção e, para os comunistas que quase sempre vêm os intelectuais por um prisma desfavorável, é uma boa oportunidade para procederem a uma reavaliação...

Crucial, também, é o papel atual da Igreja. "Ao contrário da lenda, a Igreja nem sempre foi popular na Polônia. Nos velhos tempos, pouco se importava que o país fosse dominado pela Rússia ou Alemanha, desde que mantivesse seus vastos latifúndios e controlasse a educação dos poloneses. Era odiada por comunistas, socialistas, liberais, e, mais interessante, pela extrema direita nacionalista, justamente por colaborar com países que dominaram a Polônia. É uma Igreja marcada por um antissemitismo furibundo. Não levantou um dedo na década de 1930, quando os judeus foram segregados nas universidades polonesas. Quando o general Moczar comandou a última campanha antisemita, em 1967-68, com a expulsão de cerca de 30 mil judeus, a Igreja não deu um pio. Nas greves operárias, em 1931-37, quando os soldados do ditador Pilsudski massacra-

ram operários, a Igreja também silenciou. Idem quanto aos campos de concentração de Pilsudski em Brzesc e Bereza, onde a tortura e o assassinato eram rotineiros".(8)

Foi na luta contra o nazismo alemão que a Igreja Católica Polonesa reafirmou os seus laços com o povo e ganhou autoridade moral suficiente para, em nome do espírito nacional, resistir aos comunistas e, mais tarde, desenvolver uma linha independente de Moscou. A resistência da Igreja polonesa foi a mais clara de toda a Europa, superando as indecisões do Vaticano que, no mesmo momento, contemporizava com Berlim. Em 1956, no movimento que acabou por trazer Gomulka ao poder, a Igreja recebeu de volta suas terras mais valiosas, teve permissão para criar seminários e escolas, organizar um jornal e, inclusive, viu os salários de seus missionários aumentados. Com o movimento Solidariedade conseguiu colocar um dos seus no governo e passou a ter amplo acesso à televisão.

Evidentemente, a Igreja polonesa não pode colocar em risco todo o espaço conquistado, apostando numa política de radicalização. Disto estava profundamente consciente o falecido cardeal Stefan Wyszynski, e tudo indica que o mesmo acontece com João Paulo II. O inimigo é por demais poderoso para ser enfrentado de maneira irresponsável. É preciso atuar no sentido de evitar, a qualquer custo, uma intervenção militar soviética. Quando o movimento explodiu, a Igreja apressou-se em pedir moderação, no que foi ignorada pelos setores mais radicais e, até mesmo por Lesh Walesa que tem se destacado por saber aliar firmeza, equilíbrio e responsabilidade. No entanto, seria inútil contar com uma redução do poder de barganha da Igreja na atual crise polonesa. A sua autoridade é tamanha que alguns acordos entre o governo e os sindicatos só podem chegar a um bom desfecho através de sua interferência. Por suas próprias características, sua força estará na contemporização e sua fraqueza só poderá ficar patente caso o processo enverede para a radicalização. O seu poder de resistência, assim como da maioria das forças políticas em jogo, breve será testado, e sua capacidade de permanência estará condicionada aos rumos que os trabalhadores imprimirem a seu movimento.

Renovação ?

A força política mais desgastada no processo polonês é, obviamente, o POUP. Detendo o poder político por mais de 30 anos consecutivos, de um momento para outro teve que dividi-lo exatamente com aqueles a quem diz representar: os operários. Tendo que agir sob a pressão de fortes aspirações nacionais, religiosas, sociais e políticas, respondeu, inicialmente, com a ativação de um ritual muitas vezes encenado em situações semelhantes: procurando "homens culpados" e prometendo mais uma vez rever os erros do passado. Em resumo: promoveu uma autocrítica e um reamejamento de quadros que já não chega a convencer muita gente. Só atos concretos, práticos, poderiam sensibilizar as forças sociais em luta, restando saber se qualquer ato, por mais grandiloquente que viesse a ser, modificaria a predisposição negativa da sociedade para com o POUP.

O partido, sem qualquer dúvida, respondeu com agilidade e sem entraves burocráticos às situações com que se defrontou. A resolução das questões de Gdansk são um exemplo objetivo: em menos de quinze dias conseguiram preparar e assinar um documento que respondia às necessidades dos operários. E pode-se dizer também que foi sensibilizado pela ebulição democrática: seu último congresso foi inovador pois a simples adoção do voto secreto é coisa inédita nos partidos comunistas dos países socialistas.

As divisões no interior do partido parecem profundas, o que não deixa de dificultar bastante o enfrentamento dos problemas, preocupando de maneira toda especial o governo da URSS. A sua ala esquerda começa a se confundir com o movimento Solidariedade, o que provocou laivos de otimismo em Tamara Deutscher. "Nesse sentido, aliás, me parece que neste momento o partido e o Solidariedade não são mais dois grupos monolíticos que se combatem. São duas forças que se misturam. Basta ver que um terço dos membros do Solidariedade são membros do partido".(9)

Na verdade, o grande problema do partido é a quase total indisposição dos poloneses com relação ao seu longo domínio político. Por maiores que sejam as transformações e reformulações no terreno da democracia interna e de sua capacidade de responder objetivamente aos anseios das massas, ainda assim, parece que estas preferem mudanças decisivas na face econômica, social e política da Polônia. As últimas greves operárias da Silésia exigiam eleições livres. Isto, por si só, poderia significar o destroço do partido. Ele só pode sobreviver por uma garantia formal e antecipada de sua "hegemonia", por um reconhecimento de princípio de seu papel de "vanguarda".

Para nós, comunistas brasileiros, a situação polonesa é rica de possibilidades de reinterpretações e reavaliações históricas. Com certeza, algumas "verdades" explodiram, e não poderia ser de outra forma. Mas é sempre possível fazer de conta que nada de mais grave esteja acontecendo - ou aconteceu -; que tudo se resolverá através das autocríticas e reformulações. O PCB, por exemplo (pelo menos o seu Comitê Central), preferiu ignorar o problema. Durante um longo tempo não propiciou a seus militantes uma análise da questão, nem sequer emitiu opinião a respeito. Quando o fez, através do jornal Voz da Unidade, foi para louvar a capacidade de "renovação" e autocrítica dos camaradas poloneses, deixando significativamente de lado os discursos das outras forças em luta, especialmente os operários. Em editorial publicado no nº60 (13 a 20 de junho de 1981), procurou disfarçar as dificuldades salientando, com um duvidoso otimismo, a invejável capacidade do POUP em conduzir o processo político. Evidentemente, é preciso muita coragem para analisar de forma mais objetiva a situação polonesa.

NOTAS: (1) "Nas Malhas da Guerra Fria", in Brasil História, texto e consulta. SP, ed. Brasiliense, 1981, p.230/ (2) Deutscher, I. "La Rebelión Polaca y la Hungara", in Rusia, China y Occidente, México, ed. Era, 1970, p.80-1 (3) idem, "O Veredicto de Varsovia sobre Rokossovski" (ver pag. 26)./.